

# A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL EM UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

GISLENE ALMEIDA SOUZA\*  
GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA\*\*  
FLÁVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA\*\*\*

**Resumo:** *Este artigo possui o objetivo de analisar de que forma os arquivos universitários estão sendo tratados no contexto institucional, com ênfase em sua relevância na preservação do patrimônio documental e da memória institucional. Trata-se de uma pesquisa realizada em uma universidade brasileira que destaca a importância de preservar os documentos de arquivos para assegurar a preservação da memória institucional. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso do questionário para coleta de dados. Foram aplicados com os gestores das unidades acadêmicas e com a alta gestão. A pesquisa demonstrou que, embora compreenda-se a relevância dos arquivos para a preservação do patrimônio documental e da memória institucional, bem como para o cumprimento das funções administrativas para as quais foram criados, a instituição ainda carece da criação e implementação de políticas arquivísticas institucionais.*

**Palavras-chave:** *Patrimônio documental; Memória institucional; Arquivos; Preservação digital.*

**Abstract:** *This article aims to analyze how university archives are being treated within the institutional context, with an emphasis on their relevance to preserving documentary heritage and institutional memory. This research study, conducted at a Brazilian university, highlights the importance of preserving archival documents to ensure the preservation of institutional memory. The methodological procedures adopted a qualitative and quantitative approach, using a questionnaire for data collection. The questionnaires were administered to academic unit managers and senior management. The research demonstrated that, although the relevance of archives for preserving documentary heritage and institutional memory, as well as for fulfilling the administrative functions for which they were created, is understood, the institution still lacks the creation and implementation of institutional archival policies.*

**Keywords:** *Documentary heritage; Institutional memory; Archival management; Digital preservation.*

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia (PPGEISU/UFBA). Arquivista pela UFBA. Servidora Pública Federal com vínculo com a UFBA. Email: gislene.snt@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0038-7303>.

\*\* Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - DMMDC/UFBA. Docente da Universidade Federal da Bahia, lotado no Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA), e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). Email: gillianqueiroga@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4736-893X>.

\*\*\* Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA com estágio doutoral na Universidade do Minho, responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA. Docente titular aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). Email: fflaviagoulartroza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1612-4177>.

## INTRODUÇÃO

A universidade tem desempenhado a função de preservar, disseminar e construir conhecimento, assegurando sua continuidade na sociedade. Em diferentes contextos e locais, ela foi moldando características únicas, ajustando-se às circunstâncias de cada período. Além de manter-se comprometida com a preservação do saber acumulado pela humanidade, enfrentou desafios contra seus princípios básicos — como autonomia, liberdade e soberania — e manteve-se resiliente e ativa.

Para Nunes (2010, p. 21) a «palavra “universidade” costuma ter um sentido preciso: comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior». Além disso, a universidade é um espaço democrático dedicado à produção de conhecimento, capaz de transformar vidas não apenas dos seus integrantes, mas também da sociedade como um todo. O conhecimento gerado nesse ambiente não deve permanecer limitado aos seus próprios domínios; é indispensável que seja preservado e compartilhado com a comunidade externa, permitindo que todos beneficiem e se apropriem das contribuições produzidas a partir do ensino, pesquisa e extensão. Assim, quando devidamente preservado, o patrimônio documental da universidade assegura a difusão do conhecimento.

Deste modo, este estudo tem como objetivo analisar de que forma os arquivos universitários estão sendo tratados no contexto institucional, com ênfase em sua relevância na preservação do patrimônio documental e da memória institucional.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa e quantitativa, com enfoque descritivo e fundamentado em pesquisa aplicada. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o propósito de identificar e selecionar a literatura arquivística relacionada ao tema. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de aplicação de questionário. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escolha de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia<sup>1</sup>.

Por meio deste estudo, reflete-se sobre a importância da preservação dos documentos arquivísticos, especialmente dos arquivos nato-digitais, considerando os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nesse contexto. Para embasar teoricamente a pesquisa, recorreu-se às contribuições de autores que fundamentam as temáticas abordadas, tais como: universidade (Nunes 2010), preservação de documentos (Innarelli 2015), arquivo como expressão da memória coletiva (Delmas 2010), preservação de documentos digitais (Souza 2020), entre outros.

### 1. MEMÓRIA INSTITUCIONAL E ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

A universidade é produtora de pesquisas que geram informações registradas em documentos, os quais exigem tratamento adequado para assegurar a preservação da memória

---

<sup>1</sup> Parecer n.º 7.705.428.

institucional. Para além da função educativa, destaca-se a dimensão coletiva que a instituição assume perante a sociedade por meio de suas produções acadêmicas, que estabelecem uma relação direta com a preservação e a construção do patrimônio documental e da memória institucional.

Nesse sentido, os arquivos possuem como uma de suas finalidades preservar a memória histórica de uma instituição. São compreendidos como o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício das atividades institucionais, com a finalidade de servir à administração, de manter e preservar a história institucional (Brasil 1991).

Delmas (2010), por sua vez, destaca que os arquivos exercem múltiplas funções: provar, lembrar, compreender e identificar. Provar direitos é uma função jurídica e judicial. Lembrar é uma função de gestão. Compreender é uma função científica de conhecimento. Identificar-se através da transmissão da memória é uma função social. Essas funções evoluíram paralelamente, mas cada uma passou por diferentes transformações ao longo do tempo, conforme a evolução da sociedade.

Dessa forma, pensando nas quatro funções descritas por Delmas (2010), é imprescindível manter os documentos produzidos no âmbito da universidade organizados, seguindo critérios e normas arquivísticas, de maneira que seja facilitado o seu acesso, recuperação e disponibilidade de suas informações contidas. Assim, ao tratar os documentos de arquivo conforme as técnicas, procedimentos e os fundamentos teóricos da área, ampliam-se as possibilidades de preservação dos documentos arquivísticos, garantindo o acesso à informação, à memória e às evidências neles contidas. No contexto universitário, esses documentos tornam-se ainda referência para pesquisas.

Além disso, Delmas (2010, p. 19) afirma que: «Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda a sociedade». Dessa forma, é válida uma reflexão sobre como os documentos arquivísticos são tratados. Além de sua função de salvaguarda da memória institucional, é igualmente relevante destacar o valor histórico, científico e cultural do acervo arquivístico, neste contexto, da universidade.

Para Silva (2010, p. 16), «uma instituição federal de ensino superior pode e deve produzir um documento que permita conhecer e compreender o universo institucional de ações e realizações através do seu percurso, do momento presente e do caminho que está ainda por ser trilhado». Assim, é preciso compreender que «uma instituição é criada para atender necessidades de caráter permanente através de práticas que conduzem ao alcance de suas finalidades. O registro e o conhecimento do seu processo de criação e de suas práticas sustentam a construção e a preservação de sua memória» (Silva 2010, p. 16).

De acordo com Delmas (2010, p. 33), «[...] Para os serviços públicos e para as empresas, os arquivos, preservadores da memória, constituem não apenas um bom instrumento de gestão, mas uma segurança». Portanto, a importância dos arquivos vai além do aspecto administrativo, estendendo-se à construção e preservação da identidade histórica e cultural, tanto da própria instituição quanto da sociedade em um

determinado tempo e espaço. Esse papel se torna ainda mais relevante em um cenário marcado por avanços tecnológicos e por transformações sociais e culturais. Como reforça Vedoin (2011), ao afirmar que:

*Os arquivos são repositórios de memória dos grupos sociais. Ali estão armazenados diversos relatos de cultura e da tradição de uma comunidade. Atualmente cresce [o] interesse pela reconstrução do passado e nesse sentido os arquivos público[s] vêm a somar na construção desse conhecimento.*

No entanto, a falta de uma cultura consolidada de gestão e tratamento adequado dos documentos de arquivo, incluindo os documentos digitais, levanta uma questão crítica: «quem vai ter acesso à memória e à história no futuro?» (Coll 2023). Desse modo, Manfré e Santos (2017, p. 2792) apontam que o

*problema da perda de informações, é que a história e a memória estão sendo perdidas em virtude da obsolescência das tecnologias, da deterioração das mídias digitais e principalmente pela falta de políticas de preservação digital e que isso ocorre devido ao fato de que as pessoas ainda não têm a prática e nem a experiência para preservar pensando na memória digital.*

Diante disso, ressalta-se que os arquivos das universidades possuem uma missão importante: a de servir à administração, bem como preservar a história da instituição. De acordo com Moreno (2006, p. 96), «os arquivos universitários estão se reestruturando em todo o mundo para possibilitar o rápido acesso às informações armazenadas, de forma a apoiar as decisões político-administrativas, as pesquisas, a extensão, etc.». Glezer (1989, p. 33) corrobora com tal afirmação ao mencionar que «os arquivos universitários devem existir e ser preservados, pois indicam o respeito ao saber, ao conhecimento desenvolvido, ao trabalho intelectual realizado e são, acima de tudo, um direito de cidadania», por isso a importância de preservá-los.

Diante desse cenário, Sousa (2022, p. 46) destaca a importância de se refletir sobre estratégias que, alinhadas às diretrizes arquivísticas, contemplem tanto os documentos convencionais quanto os digitais, visando garantir a preservação da memória institucional e do patrimônio documental, pois

*[e]stamos vivendo uma situação híbrida em termos de organização dos documentos de arquivo na Administração Pública Federal. Além das grandes massas documentais acumuladas em papel, que estão ficando para trás sem nenhum trabalho técnico-científico e sendo transformadas em acervos invisíveis.*

Desse modo, evidencia-se a importância das políticas de arquivo, que instituem e regulamentam as normas que regem o fazer arquivístico, pensando na preservação dos

documentos, ou seja, na memória institucional. Assim, é possível acreditar na construção de uma sociedade mais informada sobre seus direitos, deveres e, principalmente, sua história. Como parte da construção cultural da realidade, as informações contidas nos documentos de arquivo, especialmente nos arquivos públicos, refletem visões de mundo de uma sociedade em um determinado período.

### 1.1. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO

O debate em torno da importância da preservação de documentos, por meio da implantação e/ou implementação das políticas de arquivo, tem se tornado cada vez mais frequente. Para Jardim (2009, p. 47), esse debate «tem se dado mais em função da ausência do que da presença dessas políticas, razão pela qual mostra-se bastante oportuno». Nesse sentido, salienta-se que a ausência de tais políticas potencializa a perda de documentos históricos e culturais que constituem o patrimônio documental brasileiro.

Diante desse contexto, refletir sobre alternativas para a preservação dos documentos, independentemente do suporte e formato, é fundamental para a manutenção do patrimônio documental arquivístico, de modo a garantir que as gerações futuras tenham condições de acesso à informação e à memória institucional, pois «menosprezar a importância da preservação dos documentos arquivísticos, inclusive os digitais, corrobora com a ideia de uma sociedade sem história, sem memória» (Innarelli 2015, p. 95). A elaboração de políticas, planos e ações voltados à preservação, em diferentes prazos, configura-se como uma importante estratégia para favorecer a recuperação e o acesso aos documentos arquivísticos institucionais.

Um exemplo claro da importância das políticas de arquivo refere-se ao estabelecimento de critérios para a preservação do patrimônio documental de uma nação, para não resultar na perda desse patrimônio e, conseqüentemente, da história de um país, como é trazido por Yamashita e Paletta (2006) ao mencionarem que o Brasil, por ser um país jovem, possui um acervo documental escasso, tendo parte dos seus registros históricos preservados apenas no intelecto de muitos que já se foram ou em documentos com estado precário de conservação.

É possível observar que algumas instituições brasileiras já desenvolvem ações voltadas à preservação digital e à disseminação das informações contidas em documentos de arquivo, por meio de *softwares* e sistemas arquivísticos, a exemplo do Arquivo Nacional<sup>2</sup>, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia<sup>3</sup> (IBICT) e a Biblioteca Nacional<sup>4</sup>. Tais ações buscam assegurar não apenas o direito de acesso à informação, mas também a autenticidade dos documentos. Entretanto, essa ainda é uma

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/Politica\\_Preservacao\\_Digital\\_v2.pdf](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/Politica_Preservacao_Digital_v2.pdf).

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/> / <https://cariniana.ibict.br/institucional/>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/08/bn-faz-acordo-com-rede-cariniana-preservacao-digital>.

realidade incipiente no contexto brasileiro. No que diz respeito à preservação digital, Souza (2020, p. 256) afirma que

*a prática da preservação por longo prazo ainda é uma atividade recente, que exige investimentos e apoio institucional. Muitas instituições estão iniciando suas ações e buscam amparo e orientação para tal. Acredita-se que os documentos recuperados fornecem importantes subsídios para a compreensão dos processos e podem ser consultados na íntegra pelos interessados em desenvolver políticas e ações de preservação digital.*

Souza e Aganette (2021, p. 2) apontam que «apesar do expressivo volume de documentos digitais elaborados, a preservação digital ainda não é realidade em um grande número de instituições [...] Esta condição se agrava com a criação de documentos nato-digitais e com a digitalização e eliminação de documentos impressos».

Nesse sentido, pensar uma política de arquivo e um plano de preservação, associados à gestão de documentos, pode evitar o que Sousa (2022, p. 47) alerta: «estamos criando uma massa documental acumulada nos bancos de dados [...], sem classificação e sem avaliação. E, também, por falta do controle de vocabulário, com sérias dificuldades de recuperação». Além das dificuldades mencionadas anteriormente, surgem novos dilemas, a exemplo da massa documental acumulada em suporte tradicional que precisa ser tratada para que possa ser disseminada no novo formato advindo com novas TICs, por meio da digitalização. Cunha, Matos e Lima (2022, p. 17) destacam que

*a administração pública brasileira «não conseguiu resolver os problemas de suas massas documentais acumuladas em suportes tradicionais e já enfrenta as questões relacionadas com o ambiente digital, tais como: mensagens eletrônicas sem qualquer tipo de gestão; sistemas informatizados com suas regras de registro, armazenamento e recuperação; documentos digitais mantidos nos “computadores pessoais” de seus servidores sem gestão institucional».*

Diante dos desafios previamente apontados, observa-se a importância da adoção de sistemas de arquivo que contemplem a preservação digital de longo prazo. Nesse contexto, destaca-se a relevância da adoção dos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), aqui entendidos como «um ambiente de preservação e acesso, pelo tempo que for necessário, para documentos arquivísticos digitais, capaz de atender aos procedimentos preconizados pela Arquivologia nas idades corrente, intermediária e permanente, e aos requisitos de um repositório digital confiável» (CONARQ 2015b, p. 2). Ressalta-se, ainda, a necessidade de integração desses Repositórios com os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

A integração entre o RDC-Arq e o SIGAD pode ocorrer nas três fases do ciclo de vida dos documentos e assumir formas variadas conforme as necessidades e interesse

da instituição, pois o RDC-Arq busca assegurar a autenticidade dos documentos, bem como a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, considerando a necessidade de manter os arquivos por longos períodos ou, em certos casos, de forma permanente (CONARQ 2015b). Um SIGAD pode ser compreendido como «o conjunto de procedimentos e operações técnicas característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou híbridos, isto é, composto de documentos digitais e não digitais» (CONARQ 2015b, p. 3).

Diante de todas essas mudanças na forma de criar, usar, preservar e disseminar informações, compreende-se que, para além da implementação das políticas de arquivos, é fundamental a adoção de modelos integrados de gestão de documentos que possibilitem a preservação, tanto dos documentos analógicos quanto dos digitais, de modo a evitar a perda de informações relevantes. Neste cenário, Oliveira e Freire (2011, p. 4) ressaltam que:

*A escolha da tecnologia é um passo importante numa política de preservação, pois a escolha equivocada pode comprometer o êxito do trabalho de preservação. [...] o fundamental numa política de preservação é uma boa gestão, de forma que viabilize a escolha da tecnologia adequada e que garanta a preservação dos materiais, e, conseqüentemente, o acesso.*

Além disso, Valle Junior (2003, p. 112) afirma que «a tecnologia digital requer gestão permanente, para evitar os problemas trazidos pela obsolescência, procedimentos inadequados e riscos de perdas de dados». Diante do exposto, verifica-se a necessidade de estar sempre em busca de constante atualização em relação às TICs, devido ao fato de estas se tornarem rapidamente obsoletas. Além do mais, é fundamental contar com profissionais arquivistas capacitados, especialmente no contexto tecnológico, para atuarem na proposição e implementação das políticas de arquivo, bem como na gestão documental, por saberem que somente as políticas de arquivo não são garantia de que haja de fato a preservação e disseminação das informações contidas nos documentos de arquivo, sejam eles tradicionais ou digitais. Quando se refere à preservação digital, Ferreira (2006, p. 71) a caracteriza como sendo um «Conjunto de actividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado e a longo prazo à informação e restante património cultural existente em formatos digitais».

Por outro lado, Cougo Junior (2002, p. 8) menciona que as rápidas mudanças tecnológicas são vistas com preocupação diante da acelerada ruptura que «apregoa, de um lado, o governo "sem papel" e, de outro, a premente necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais, da soberania informacional e do patrimônio cultural arquivístico».

## 2. PESQUISA DE LEVANTAMENTO

Para o cumprimento dos objetivos dessa pesquisa, buscou-se ouvir os dirigentes de uma universidade brasileira sobre a preservação dos documentos, inclusive no contexto digital, que garante a memória institucional, além de assegurar a transparência, a eficiência administrativa e o acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos produzidos e/ou custodiados por esta universidade.

Adotou-se como técnica de coleta de dados a aplicação de um questionário aos diretores de 33 unidades acadêmicas e três unidades da alta gestão — Reitoria, Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP). O instrumento utilizado é composto por cinco questões: duas discursivas e três de múltipla escolha.

Na pergunta discursiva 1, realizada aos gestores, foi questionado: como os documentos produzidos internamente por sua unidade — como ofícios, portarias, resoluções, entre outros — são armazenados e recuperados?

As respostas evidenciam um cenário não satisfatório, caracterizado pela diversidade de práticas adotadas para o armazenamento e recuperação dos documentos produzidos internamente nas unidades acadêmicas da universidade. A ausência de padronização nos procedimentos compromete não apenas a uniformidade e a efetividade da gestão de documentos, mas também a segurança e a preservação.

As principais formas de armazenamento e recuperação dos documentos identificadas nas respostas incluem: utilização do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) para registro e armazenamento dos documentos; publicação em Boletins de Pessoal; armazenamento digital em computadores das unidades e em plataformas de nuvem, como *Google Drive*, *OneDrive* e nuvem da universidade. Três gestores também mencionaram a realização de cópias de segurança em HDs externos e *pen drives*.

Além disso, oito respondentes indicaram a existência de armazenamento físico, especialmente para documentos mais antigos, arquivados em caixas e mantidos em «arquivos mortos» ou em espaços físicos considerados inadequados. Um dos participantes relatou possuir um local específico para guarda de documentos, enquanto outro informou que os documentos anteriores à pandemia, ainda em papel, estão sendo realocados para a biblioteca central da universidade.

Também foram mencionadas práticas de armazenamento local e setorial, como: pastas em computadores da secretaria, da direção ou de setores específicos, e controle interno de *backups* e triagem documental realizada por setores próprios.

Na questão 2 foi perguntado aos gestores: e quanto aos documentos externos, como os recebidos por *email* com anexos, qual é o procedimento adotado para seu armazenamento e posterior recuperação? Observa-se, através das respostas, uma ampla variedade de práticas não padronizadas para lidar com documentos digitais recebidos por *email*.

Os principais métodos identificados incluem o armazenamento direto nas caixas de entrada dos *emails* (institucional ou *Gmail*), sem qualquer tratamento específico ou organização sistemática. Alguns gestores informaram que realizam o *download* dos anexos e os salvam em pastas locais ou na nuvem, organizadas por assunto, órgão ou instituição, utilizando computadores, HDs externos ou plataformas como *Google Drive*, *OneDrive* e nuvem da universidade.

Dois respondentes mencionaram que utilizam sistemas institucionais, como o SIPAC ou repositórios internos da universidade, para registro e recuperação dos documentos. Também foi recorrente a afirmação de que não existe um procedimento formal para o tratamento desse tipo de documento, o que reforça a necessidade de uma política arquivística que oriente e uniformize as práticas de gestão de documentos na universidade, especialmente os documentos nato-digitais.

Além disso, percebe-se que o armazenamento, em alguns casos, é guiado por critérios subjetivos de relevância, conforme aponta um dos respondentes: «Quando são documentos importantes, vão também para a nuvem, quando são apenas informes não são armazenados». Assim, quando faltam instrumentos normativos para estabelecer critérios e normas de padronização das atividades na instituição, há uma tendência de que as decisões sejam tomadas de forma aleatória ou dependendo da interpretação pessoal. Conforme demonstra Oliveira (2011), sem uma política com direcionamento claro, essas decisões deixam de refletir o conhecimento e o planejamento consciente voltado à missão institucional. Nesse cenário, destaca-se a contribuição de Cardoso et al. (2019, p. 72) ao afirmarem que:

*Pode-se inferir que na sociedade atual há o entendimento de que as tecnologias podem facilitar o acesso à informação, atendendo de modo eficiente e eficaz às demandas dos cidadãos. No entanto, no caso das universidades, ainda não há a gestão arquivística dos documentos nato-digitais, e isso talvez se dê pelo fato de acreditarem que as ferramentas tecnológicas supram essa necessidade. Essa visão é arriscada, já que o desenvolvimento de sistemas informatizados deve considerar requisitos definidos pela arquivística e que garantam a gestão de documentos. Além disso, a consolidação das informações contidas nos documentos depende da definição de normas e procedimentos que envolvem a área da arquivística.*

Quando questionados se suas unidades realizam ações voltadas à preservação de documentos de valor histórico ou de memória institucional, obteve-se as seguintes respostas: 71,4% afirmaram que sim, 23,8% disseram que não, e 4,8% indicaram não saber responder.

Ainda no contexto da preservação e segurança dos documentos em ambientes digitais, buscou-se verificar junto aos gestores se, em suas respectivas unidades, existem iniciativas voltadas à proteção dos documentos digitais produzidos. As respostas obtidas revelaram que 57,1% dos participantes afirmaram não haver ações nesse sentido,

enquanto 42,9% indicaram a existência de medidas voltadas à preservação e segurança desses documentos.

Esse resultado aponta para uma situação preocupante: mais da metade dos respondentes indicaram a ausência de práticas voltadas à proteção dos documentos nato-digitais. Tal cenário evidencia a necessidade urgente de políticas e uniformização das ações que assegurem a integridade, autenticidade e guarda longa dos acervos digitais produzidos pela universidade, pois

*[e]mbora os documentos digitais possuam uma grande facilidade em relação à sua criação, acesso e compartilhamento, eles trazem consigo muitas vulnerabilidades, ligadas principalmente a sua rápida degradação física, obsolescência tecnológica, complexidade e alto custo relacionado à preservação a longo prazo (Gava e Flores 2020, pp. 75-76).*

Assim, a ausência de iniciativas voltadas à preservação dos documentos digitais compromete não apenas a integridade dos documentos produzidos na universidade, mas também coloca em risco a memória institucional e histórica da universidade. Além disso, sem mecanismos adequados de preservação, a instituição pode enfrentar dificuldades na comprovação de atos administrativos e acadêmicos, o que afeta diretamente servidores, estudantes e demais membros que mantêm vínculo com a instituição. Ainda no que se refere aos documentos nato-digitais, como os *emails* institucionais, é imprescindível que as instituições assumam a responsabilidade de criar e implementar políticas e mecanismos de governança arquivística voltados à gestão adequada desses documentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que, embora haja consciência sobre a importância dos arquivos como instrumentos de gestão, prova, memória e identidade, ainda persiste uma lacuna significativa na implementação de políticas arquivísticas eficazes e padronizadas.

A pesquisa realizada demonstra que as práticas de armazenamento e recuperação de documentos são heterogêneas, muitas vezes improvisadas, e carecem de diretrizes claras. A ausência de uma política institucional de arquivo compromete não apenas a preservação da memória, mas também a transparência, a eficiência administrativa e o direito de acesso à informação.

A preservação dos documentos arquivísticos deve ser entendida como um compromisso institucional com a memória, a cidadania e a construção de uma sociedade mais informada e consciente de sua história. Portanto, a preservação dos documentos não é apenas uma questão técnica, mas uma ação política e cultural que reafirma o valor do conhecimento produzido e assegura sua continuidade para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Leis, decretos, etc., 1991. Lei n.º 8.159/91. *Diário Oficial da União: seção 1* [Em linha]. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1991-01-09, 129(6), 455-456 [consult. 2025-09-26]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/01/1991&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=140>.
- CARDOSO, Laila Guimarães, et al., 2019. As políticas de arquivo para documentos físicos e nato-digitais nas universidades federais brasileiras. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 32(1), 64-74. ISSN 2237-8723.
- CONARQ [Conselho Nacional de Arquivos], 2015a. *Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq* [Em linha] [consult. 2025-10-03]. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq\\_diretrizes\\_rdc\\_arq\\_resolucao\\_43.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf).
- CONARQ [Conselho Nacional de Arquivos], 2015b. *Orientação Técnica n.º 3: cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o SIGAD* [Em linha] [consult. 2025-10-03]. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/Orientacao\\_tecnica\\_3.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/Orientacao_tecnica_3.pdf).
- COLL, Liana, 2023. Um estímulo à reflexão sobre memória digital. *Jornal da UNICAMP* [Em linha]. Campinas: UNICAMP, (669) [consult. 2025-09-25]. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/699/um-estimulo-a-reflexao-sobre-memoria-digital/>.
- COUGO JUNIOR, Francisco Alcides, 2022. Prefácio. Em: Francisco José Aragão Pedroza CUNHA, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, org. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador: Edufba, pp. 7-12. ISBN 978-65-5630-311-6.
- CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, 2022. Apresentação. Em: Francisco José Aragão Pedroza CUNHA, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, org. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador: Edufba, pp. 13-22. ISBN 978-65-5630-311-6.
- DELMAS, Bruno, 2010. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso. ISBN 9788599588338.
- FERREIRA, Miguel, 2006. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. ISBN 972-8692-30-7.
- GAVA, Tânia Barbosa Salles, e Daniel FLORES, 2020. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. *Informação & Informação*. Londrina: UEL, 25(2), 74-99. eISSN 1981-8920.
- GLEZER, Raquel, 1989. Arquivos universitários: para que? *Transinformação* [Em linha]. Campinas: PUC-Campinas, 1(3), 29-34 [consult. 2025-09-26]. ISSN 0103-3786. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1680/1651>.
- INNARELLI, Humberto Celeste, 2015. *Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual*. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
- JARDIM, José Maria, 2009. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. *Ponto de Acesso*. Salvador: UFBA, 3(1), 46-59. ISSN 1981-6766.
- MANFRÉ, Daniela Pereira de Sousa, e Cibele Araújo Camargo Marques dos SANTOS, 2017. Preservação digital de documentos arquivísticos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo: FEBAB, 13, 2791-2808. ISSN 1980-6949.

- MORENO, Nádina Aparecida, 2006. *A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias*. Tese de doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- MELO, Josemar Henrique, Julianne Teixeira SILVA, e Rita de Cássia São Paio Azeredo ESTEVES, 2022. Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística. *Em Questão*. Porto Alegre: UFRGS, **28**(3), 1-24. ISSN 1807-8893.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar, 2010. A formação universitária na Bahia desde os tempos coloniais. Em: Lídia Maria Batista Brandão TOUTAIN, e Rubens Ribeiro Gonçalves da SILVA, org. *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, pp. 21-57. ISBN 978-85-232-0700-7.
- OLIVEIRA, Flaslendo Vieira de, e Tania Regina Benevides de Miranda FREIRE, 2011. Preservação Digital do Acervo da Biblioteca Octávio Barbosa, CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Em: FESTIVAL INTERNACIONAL DE DANÇA – CBDD, 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]* [Em linha] [consult. 2024-10-30]. Rio de Janeiro: [s.n.]. Não paginado. Disponível em: [https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/947/1/flaslendo\\_CBDD.pdf](https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/947/1/flaslendo_CBDD.pdf).
- OLIVEIRA, Rose Tenório de, 2011. Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: UFSC. N.º especial, 60-75. ISSN 1518-2924.
- SILVA, Luiz Carlos da, 2020. *Desafios da implementação da política pública de arquivos: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES*. Tese de doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da, 2010. Introdução. Em: Lídia Maria Batista Brandão TOUTAIN, e Rubens Ribeiro Gonçalves da SILVA, org. *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, pp. 15-18. ISBN 978-85-232-0700-7.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de, 2022. A organização dos documentos de arquivo na administração pública federal: do documento em papel ao digital. Em: Francisco José Aragão Pedroza CUNHA, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, org. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador: Edufba, pp. 37-49. ISBN 978-65-5630-311-6.
- SOUZA, Luciana Gonçalves Silva, 2020. *Preservação digital em instituições de ensino superior: instrumentos para a oficialização e operacionalização da preservação de documentos arquivísticos digitais*. Tese de doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- SOUZA, Luciana Gonçalves Silva, e Elisângela Cristina AGANETTE, 2021. Plano de preservação de documentos digitais: análise de sua estrutura e proposta de um procedimento operacional para Instituições de Ensino Superior brasileiras. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo: FEBAB, **17**, 1-19. ISSN 1980-6949.
- VALLE JUNIOR, Eduardo Alves do, 2003. *Sistemas de Informação Multimídia na Preservação de Acervos Permanentes*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- VEDOIN, Janaina, 2011. A importância dos arquivos públicos e do arquivista para a sociedade. *Janainavedoin ~ Just another* [Em linha]. 2011-01-24 [consult. 2025-07-17]. Disponível em: <http://janainavedoin.wordpress.com/2011/01/24/a-importancia-dos-arquivos-publicos-e-do-arquivista-para-a-sociedade/>.
- YAMASHITA, Marina Mayumi, e Fátima Aparecida Colombo PALETTA, 2006. *Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais* [Em linha]. *Arquivística.net*. Rio de Janeiro, **2**(2), 172-184 [consult. 2025-07-17]. Disponível em: <http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/816013/56200.pdf>.